

Governança Corporativa nas Empresas Estatais

à luz da Lei 13.303/2016

Instrutor: Jetro Coutinho Missias

Bacharel em Administração pela Universidade de Brasília (UnB), pós-graduado em Direito Financeiro e Tributário e pós-graduado em Direito Administrativo. Professor de Economia e de Contabilidade Pública para concursos públicos. É especialista em gestão de riscos e controles internos e Auditor do TCU, órgão no qual seus trabalhos têm sido premiados no prêmio Reconhe-Ser, que identifica os destaques no órgão. Atualmente, é responsável por uma equipe que fiscaliza R\$ 25 bilhões de reais anualmente. É membro dos Grupos de Trabalhos de Gestão de Riscos em Processos de Fiscalização do Tribunal (i), de Medição de Desempenho do Tribunal de Contas da União (ii) e de melhoria de procedimentos internos do TCU (iii). Representou o Brasil nas missões oficiais do TCU para a Turquia (Força Tarefa em Auditoria de Ética), Bulgária e Croácia (Study Visit em parceria com o Banco Mundial para conhecer o Sistema de Controle Interno desses países) e França (54ª Sessão do Comitê de Governança Pública da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico). Co-autor do livro Sistema de Controle Interno no Brasil e na Europa (ed. Fórum).



Apresentação:

A Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

A Lei das Estatais, como é conhecida, atribui uma identidade ao regime jurídico das empresas públicas e das sociedades de economia mista, mesclando princípios de direito privado e de direito público.

Ela estabelece uma série de mecanismos de transparência e governança a serem observados pela empresa pública, sociedade de economia mista e suas subsidiárias, como regras para constituição e funcionamento dos conselhos, divulgação de informações, códigos de conduta, práticas de gestão de risco, formas de fiscalização pelo Estado e pela sociedade, assim como requisitos mínimos para nomeação de dirigentes.

Mais importante do que buscar a mera aplicação da Lei 13.303/2016 é entender o porquê da existência de seus diversos artigos e exatamente como as disposições da referida Lei podem ajudar a empresa pública, a sociedade de economia mista e suas subsidiárias a atingir resultados sustentáveis.

O treinamento debate não só o conteúdo da Lei, mas também as razões pelas quais esse conteúdo foi inserido na legislação. Trazendo e discutindo casos do dia-a-dia das estatais, conduzindo os participantes a uma visão transformadora, questionadora do “status quo” e voltada para o que realmente interessa: a agregação de valor. O curso tem como foco o Título I - Disposições Aplicáveis às Empresas Públicas e às Sociedades de Economia Mista, Capítulos I, II e III.

Programa:

1. O desafio da Governança
 - a. Histórico de Governança.
 - b. O desafio da Governança na Administração Pública Federal
 - c. Modelo para avaliação de Governança do TCU
2. O desafio das estatais na Governança
 - a. Administração direta x indireta.
 - b. Existência da estrutura de governança
 - c. Fatores que podem causar a inefetividade da estrutura de governança
3. Estruturas de Governança Corporativa
 - a. Conselho de Administração
 - b. Conselho Fiscal
 - c. Comitê de Auditoria
 - d. Auditoria Interna
 - e. Outras instâncias
4. Princípios e Características relacionadas ao Conselho de Administração
 - a. Funções do Conselho de Administração
 - b. Principais erros na composição do Conselho de Administração
 - c. Estruturando um Conselho de Administração forte
 - d. Preocupações do Conselho de Administração: Divulgação de Informações, Código de Conduta
5. Características relacionadas ao Conselho Fiscal
 - a. Atribuições do Conselho Fiscal
 - b. Composição do Conselho Fiscal
 - c. Boas práticas na instituição do Conselho Fiscal
6. Controle interno e Gestão de Riscos
 - a. Auditoria Interna, Controle Interno, Auditoria Externa, Comitê de Auditoria... Para que tudo isso?^{ISEP}
 - b. O custo da desconfiança
 - c. Melhorando os processos
 - d. O que esperar de um bom sistema de controle e de auditoria
 - e. Processo de Gestão de Riscos e relação com Controles Internos e Estratégia Organizacional e Compliance
7. Código de Conduta
 - a. Ética x Conduta
 - b. Código de Ética x Código de Conduta
 - c. Canal de Denúncias
8. Divulgação de Informações
 - a. Boas práticas em divulgação de informações
 - b. Conflito de Interesse
 - c. Informação privilegiada
9. Legislação Societária e Mercado de Capitais
 - a. Lei 6404 e alterações sob o ponto de vista da Governança
 - b. Regras do Mercado de Capitais na B3
10. Lei nº 12.846 de 1º de agosto de 2013 (Lei anticorrupção)

Público Alvo: gestores e técnicos de Conselhos de Fiscalização das Atividades Profissionais.

Benefícios para os Participantes: implementar os conceitos relacionados à Governança Pública na organização, de forma a incrementar a governança corporativa pública, aumentando, assim, a percepção de valor e de entrega dos Conselhos à sociedade. Ao término do curso o participante receberá certificado emitido pelo Instituto Brasileiro de Governança Pública (IBGP).

Carga Horária: 16 horas **Solicite uma Proposta para Cursos *In Company*.**

Para mais informações, acesse:

[Curso Governança Corporativa nas Empresas Estatais](#)

